



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE

Processo Administrativo nº 02.11/2024

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços global (mão de obra e material) de recuperação/proteção de 20 (vinte) nascentes de água, conforme previsto no Processo de Seleção 01/2023 do Programa **ITAIPU MAIS QUE ENERGIA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses, podendo ser aditivado conforme lei 14.133/21.

1.3. Redução Mínima: 0,50% (zero virgula cinquenta por cento) do valor do item

1.4. O presente processo será realizado em 01 (um) lote, composto por 11(onze) itens.

1.5. O presente processo licitatório é destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00.

1.6. Será aplicado prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

1.6.1. Âmbito regional refere-se às microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas na Microrregião de Toledo – que é uma das microrregiões do estado brasileiro do Paraná pertencente à Mesorregião Oeste Paranaense, mais especificamente a Microrregião 022, segundo parâmetros do IBGE, compreendendo os Municípios de Assis Chateaubriand, Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaíra, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Tupãssi.

1.6.2. Trata-se de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em conformidade com o Inciso I do Artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.



2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

2.1. Conforme Decreto Municipal nº 229/2023 de 09 de novembro de 2023, os bens/serviços a serem contratados atendem a classificação de bem de consumo comum, por se tratarem de bens/serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado com base nos levantamentos realizados, conclui-se que a solução para atender o objeto deste estudo é a realização de processo licitatório na modalidade **Pregão, em sua forma Eletrônica no Sistema Registro de Preços**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os Serviços, objeto deste estudo deverão atender perfeitamente as especificações mínimas exigidas nos descritivos correspondentes, atendendo eficazmente às finalidades que dele naturalmente se espera de acordo com as particularidades dos materiais deste Termo, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

3.2. A execução dos serviços estará condicionada a apresentação de nota de empenho por parte do Município, devendo a empresa fornecer os itens e executar os serviços de transporte e destinação final dos resíduos acordado entre as partes, arcando com todos os custos decorrentes da prestação dos serviços e/ou fornecimento dos itens.

3.3. A empresa prestadora do serviço deve apresentar um responsável técnico registrado no conselho da classe bem como acervo técnico da atividade a ser realizada. Os colaboradores da empresa devem estar habilitados e treinados para manusear conforme legislação.

3.4. Equipamentos e demais materiais que não estão descritos neste termo e que forem necessários para a plena execução do objeto são de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**.

3.5. Será de responsabilidade da empresa o deslocamento de seus operários para as frentes de serviço. O deslocamento deverá, quando necessário, ser realizado com veículos caracterizado e devidamente adequado para tal fim. O transporte das ferramentas e acessórios de trabalho, quando for necessário veículo para este fim, também é de responsabilidade da empresa.

3.6. A contratada deverá responsabilizar-se por todos os custos para o cumprimento da prestação obrigacional, incluindo seguros, encargos sociais, tributos, transporte e outras despesas necessárias para o fornecimento do objeto do Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

3.7. A contratada deverá entregar no ato da entrega a nota fiscal de material, acompanhada das certidões negativas Federal (conjunta Tributos federais e INSS), Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação para regularidade fiscal.

3.8. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto do certame, cujos requisitos são necessários para se obter uma contratação eficiente, de forma efetiva e satisfatória.

3.9. Prestação de Serviços de Recuperação e Proteção de 20 (vinte) Nascentes será sob supervisão do Técnico Agrícola lotado na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, onde compreende a proteção do entorno do olho d'água, com técnica adequada, permitindo condições de escoamento contínuo de água, redução de riscos de contaminação e conscientização da população.

3.10 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. São obrigações da Contratante

4.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

4.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

4.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja corrigido.

4.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

4.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

4.1.6. Solicitar à contratada os esclarecimentos que julgar necessários quanto ao objeto contratado e à execução contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

4.1.7. Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência e no respectivo Contrato, determinando as medidas saneadoras necessárias à sua imediata regularização.

4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A contratada obriga-se a:

5.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.1.2. Efetuar os serviços conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos;

5.1.3. Emitir nota fiscal de serviço, na qual deverão constar as indicações referentes a descrição do bem/serviço entregue, quantidade e valor;

5.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, licenças ambientais e qualificação exigidas na licitação;

5.1.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.1.6. Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações não autorizadas pelo Município;

5.1.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Entre Rios do Oeste, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade da execução;

5.1.8. Executar os serviços do item com pessoal qualificado, devidamente habilitado para tanto, mediante emprego das técnicas apropriadas e em conformidade com as normas técnicas e legais que regem a prestação dos serviços;

5.1.9. Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, às suas custas e riscos, assim que for identificada qualquer falha na instalação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

5.1.10. Comunicar por escrito ao Município de Entre Rios do Oeste qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário.

5.1.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

5.1.12. Garantir a qualidade dos serviços e produtos, obrigando-se a refazer ou substituir aquele que for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

5.1.13. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

5.1.14. A nota fiscal de material deve vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos – CND emitida pelo INSS, do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista -TST e da Certidão Negativa de Débitos Estaduais.

5.1.15. a contratada deverá seguir a execução conforme cronograma abaixo:

5.1.15.1. CRONOGRAMA

ITEM	COMUNIDADE	COORDENADAS	QNT	PRAZO DE EXECUÇÃO	
				30 dias	60 dias
01	Linha Fátima	24°41'41.00"S / 54°13'41.66"O	01	X	
02	Estrada Suburbana	24°42'03.81"S / 54°15'07.52"O	02	X	
03	Linha Felicidade	24°43'44.58"S / 54°14'33.46"O	02	X	
04	Linha Golondrina	24°44'16.19"S / 54°13'55.20"O	02	X	
05	Linha Golondrina	24°43'27.73"S / 54°13'39.17"O	01	X	
06	Linha Golondrina	24°42'52.99"S / 54°13'53.63"O	02	X	
07	Linha Vista Alegre	24°43'55.84"S / 54°11'53.91"O	02		X
08	Linha Vista Alegre	24°43'40.90"S / 54°12'46.82"O	02		X
09	Linha Vista Alegre	24°43'05.53"S / 54°12'32.06"O	02		X
10	Linha Vista Alegre	24°43'11.12"S / 54°11'15.85"O	02		X
11	Linha Vista Alegre	24°42'56.75"S / 54°11'4.21"O	01		X
12	Linha Volta Gaúcha	24°44'15.32"S / 54°08'19.31"O	01		X

6. LOCAL, FORMA DE EXECUÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO

6.1. O serviço, objeto desta licitação, deve ser executado (sem ônus de entrega), de acordo com as solicitações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em diversos endereços no perímetro rural, no Município de Entre Rios do Oeste.

6.2. O trabalho de proteção de nascentes utiliza materiais de fácil aquisição e de baixo custo, tornando esse trabalho uma alternativa extremamente interessante para a melhoria da qualidade da água de abastecimento no meio rural.

6.3. O trabalho inicia-se com a localização exata das nascentes que, quase sempre, já possuem algum tipo de estrutura ao seu redor, porém, dificilmente essas estruturas podem ser



aproveitadas. O aproveitamento ou não depende de uma análise prévia, caso a caso. Para a execução dos serviços, deverá ser preservada a vegetação.

6.4. Localizada a nascente, a primeira ação a ser desenvolvida é a limpeza do seu entorno assim como a abertura de valas de escoamento da água empossada, de forma a permitir um fácil acesso para a execução dos trabalhos. Nesse momento é realizada também a retirada das estruturas pré-existentes que não serão aproveitadas.

6.5. Após esse procedimento realiza a colocação do tubo de concreto 50cm, em torno do tubo o preenchimento com a pedra rachão.

6.6. Quando realizada todo o preenchimento com pedra rachão realiza a colocação da lona para finalizar com a massa de cimento.

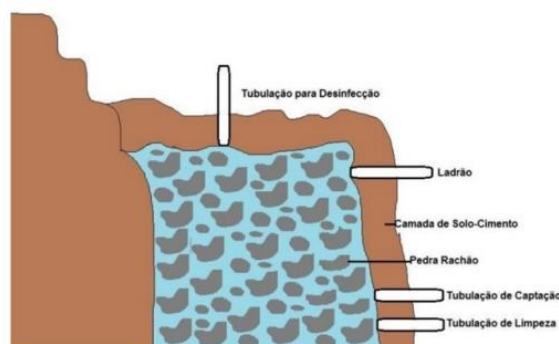


Figura - Esquema ilustrativo recuperação de nascentes

6.7. A empresa deverá dar preferência pelo uso de materiais inertes e predominantes na região (exemplo tubos de pvc/inox, rochas amarradas ou tubos de concreto vasado).

6.8. Quando aplicável, em locais onde a vegetação esteja degradada, recomenda-se realizar o plantio de mudas nativas para a recomposição florestal no entorno da nascente recuperada/protegida (onde a empresa contratada deverá informar a Secretaria o local exato para realizarmos o plantio de mudas). Em área de pastagem recomenda-se o isolamento dos animais de acordo com a legislação vigente, o custo deste isolamento não está incluso nesta atividade.

6.9. Para a proteção das nascentes, a fonte passa por uma limpeza geral para retirar possíveis impurezas. Em seguida, a área da nascente recebe pedras amarradas, funcionando como um filtro físico da água. Por fim, a fonte é lacrada com uma mistura com cimento.

6.10. Ressaltamos ainda que a contratada responsabilizar-se-á, integralmente, pelos danos causados a qualquer vegetação resultado da ação ou omissão de seus funcionários.

6.11. A empresa será responsável por qualquer tipo de mão de obra e transporte (pedras, areias, cimento, escavação), até o local de execução, bem como escavação, limpeza do local final da execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

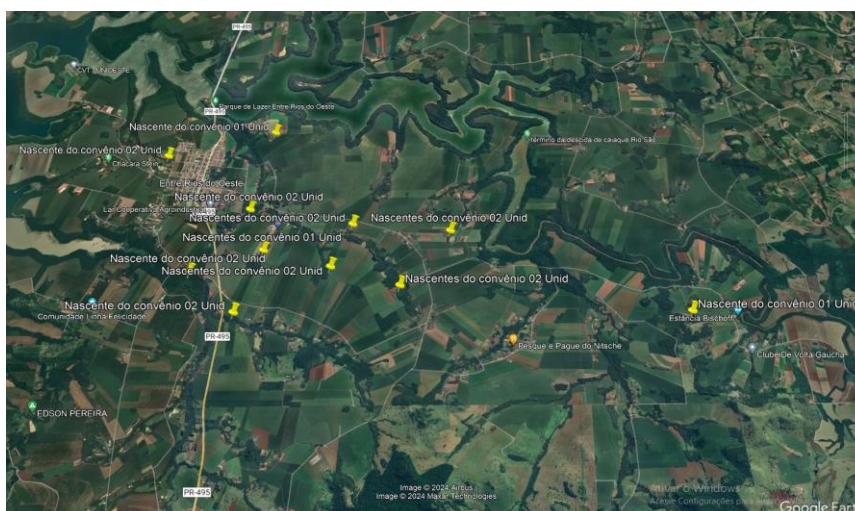
Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

6.12. A empresa contratada poderá realizar uma visita técnica nas propriedades rurais junto com um servidor da Secretaria designado para isso para análise da área e possível vertente de água, ou se preferir deverá apresentar uma dispensa, concordando com os locais e condições dos serviços.

6.13. Quanto às coordenadas mencionadas, referem-se a estimativa do local, podendo haver variações, ficando a cargo da contratada a encontrar o ponto da nascente.

ITEM	COMUNIDADE	COORDENADAS	QNT
01	Linha Fátima	24°41'41.00"S / 54°13'41.66"O	01
02	Estrada Suburbana	24°42'03.81"S / 54°15'07.52"O	02
03	Linha Golondrina	24°42'52.99"S / 54°13'53.63"O	02
04	Linha Golondrina	24°44'16.19"S / 54°13'55.20"O	02
05	Linha Golondrina	24°43'27.73"S / 54°13'39.17"O	01
06	Linha Felicidade	24°43'44.58"S / 54°14'33.46"O	02
07	Linha Vista Alegre	24°43'55.84"S / 54°11'53.91"O	02
08	Linha Vista Alegre	24°43'40.90"S / 54°12'46.82"O	02
09	Linha Vista Alegre	24°43'05.53"S / 54°12'32.06"O	02
10	Linha Vista Alegre	24°43'11.12"S / 54°11'15.85"O	02
11	Linha Vista Alegre	24°42'56.75"S / 54°11'4.21"O	01
12	Linha Volta Gaúcha	24°44'15.32"S / 54°08'19.31"O	01



7. SISTEMA DE TRABALHO

7.1 A fiscalização é competência do órgão demandante.

7.2. As situações não previstas em Ordem de Serviço, ou instrumento equivalente, e que ocorrerem durante a execução dos serviços deverão ser comunicadas pela empresa e analisadas pela fiscalização, que deverá se pronunciar da mesma forma sobre tal pagamento final.

7.3. Será de responsabilidade da empresa o deslocamento de seus operários para as frentes de serviço. O deslocamento deverá, quando necessário, ser realizado com veículos



caracterizado e devidamente adequado para tal fim. O transporte das ferramentas e acessórios de trabalho, quando for necessário veículo para este fim, também é de responsabilidade da empresa.

7.4. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto do certame, cujos requisitos são necessários para se obter uma contratação eficiente, de forma efetiva e satisfatória.

8. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 8.2.4.** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.2.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.2.6.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.2.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 8.2.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- 8.3.1.** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.3.2.** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.3.3.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.3.4.** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.3.5.** prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 8.3.6.** caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.3.7.** prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre
- 8.3.8.** caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 8.4.1.** Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.5.1.** Registro ou inscrição na entidade profissional competente, mediante apresentação da Certidão de Registro e Regularidade de situação junto ao conselho/s competente/s, da empresa licitante / **pessoa jurídica**.
- 8.5.2.** Registro ou inscrição na entidade profissional competente, mediante apresentação da Certidão de Registro e Regularidade de situação junto ao conselho/s competente/s, do responsável técnico / **pessoa física**.
- 8.5.3.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante a apresentação de Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada e em nome da empresa licitante/pessoa jurídica, relativo à execução de serviços semelhantes e compatíveis com o objeto da presente licitação;
 - 8.5.3.1.** O Atestado deve comprovar que a licitante já executou objeto compatível ou de relevância, com o que está sendo licitado, não inferior a 50% (cinquenta cento) da quantidade do presente edital, sendo aceito o somatório de atestados;
 - 8.5.3.2.** Não será(ão) aceito(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) pelo próprio licitante (empresa);
- 8.5.4.** Atestado de visita, expedido pelo licitador. A proponente, por meio de representante devidamente habilitado junto à entidade profissional competente, quando da visita ao local da obra, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

necessária para o preparo de sua proposta. A visita ao local deverá ser agendada pelo telefone (45) 9 9141-1184, **OU** declaração formal, assinada pelo responsável técnico da proponente, sob as penalidades da Lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o contratante.

8.5.4.1. Tendo em vista a faculdade da realização da visita, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto do presente processo (inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios), tampouco poderão o fazer em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços relativos à mencionada execução.

8.6. Em todas as fases da licitação, quando não mencionado o prazo de validade das certidões, procurações, ou outro documento necessário, será considerado válido o documento emitido até 90 (noventa) dias, a contar da data da emissão, excetuados os documentos com prazo de vigência indeterminado.

9. DOCUMENTOS EXIGIDOS APÓS ASSINATURA DO CONTRATO

9.1. A empresa terá o prazo de até 15 (quinze) dias APÓS DATA DE EMISSÃO DO CONTRATO para apresentar os documentos abaixo, sob pena de julgamento de não cumprimento de contrato, sendo:

9.1.1. Recolhimento da ART/RRT (emitido pelo/s conselho/s competente/s);

9.1.2. Termo de Compromisso de disponibilização de EPI'S aos funcionários devidamente assinado pelo representante da empresa.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens e serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. A fiscalização caberá à Sra. Kerlin Hoefel bettinger, e como substituto o Sr. Milton José Zimmer, ambos lotados na Secretaria de Agricultura, Pecuária e meio Ambiente.

10.5. A gestora deste contrato será a Sra. Silvane Rosilei Kolling Hister, nomeada pela Portaria Municipal nº 34/2021, lotada na Secretaria de Finanças.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da instituição para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.4. A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo gestor do contrato designado.

12. DA CONDUTA DE PREVENÇÃO DE FRAUDE E CORRUPÇÃO

A contratada e a contratante devem observar e fazer observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual, cabendo-lhes a obrigação de afastar, reprimir e denunciar toda e qualquer prática que possa caracterizar fraude ou corrupção, em especial, dentre outras:

a) **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;



- b) **Prática fraudulenta:** falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **Prática colusiva:** esquematizar ou estabelecer acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitante, visando a estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) **Prática coercitiva:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de qualquer das práticas acima; e praticar atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de inspeção para apuração de qualquer das práticas acima.
- f) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de qualquer das práticas acima; e praticar atos com a intenção de impedir materialmente o exercício do direito de inspeção para apuração de qualquer das práticas acima.

13. DO PAGAMENTO

- 13.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 13.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal de material ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 13.3.** O contratado deverá entregar a nota fiscal eletrônica de material obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, através do Certificado de Registro Cadastral – CRC do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema deverá vir acompanhada das certidões negativas Federal (conjunta Tributos federais e INSS), Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação para regularidade fiscal e trabalhista, devendo discriminar na nota fiscal os descontos como INSS, ISS (se for o caso) e Imposto de Renda conforme Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023 e Decreto Municipal nº 154 de 24 de agosto de 2023 e demais legislações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

- 13.4.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.5.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 13.6.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.7.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 13.8.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 13.9.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.10.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.11.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 13.12.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

13.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência contratual da execução.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções administrativas serão executadas conforme os termos da Lei nº 14.133/2021 e posteriores atualizações, e conforme minuta de contrato padrão desta municipalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

13. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

13.1. O valor estimado para contratação é de R\$ 56.998,80 (Cinquenta e seis mil, novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

Lote 01 – PROTEÇÃO DE NASCENTES

ITEM	CAT SERV	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO
1	22225	57165 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO (MATERIAL E MÃO DE OBRA) DE SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO/PROTEÇÃO DE NASCENTES (FONTES), NOS TERMOS DO PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, CRONOGRAMA E DEMAIS PEÇAS TÉCNICAS.	SERVIÇO	01	R\$ 56.998,80

HAVENDO QUALQUER DISCORDÂNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO DO CATSERV E A DO EDITAL, PREVALECERÁ A DESCRIÇÃO CONSTANTE NO EDITAL

A EMPRESA DEVERÁ ENTREGAR JUNTO COM A PROPOSTA AS PLANILHAS ABAIXO DECOMPODO O VALOR PARA CADA ITEM, BEM COMO A PLANILHA POR BLOCOS, DO LOTE 01 - PROTEÇÃO DE NASCENTES.

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CIMENTO DE SECAGEM RÁPIDA SC (50 KG)	60	R\$ 38,59	R\$ 2.315,40
02	CANO DE PVC SOLDÁVEL 100 MM M	60	R\$ 21,26	R\$ 1.275,60
03	CANO DE PVC SOLDÁVEL 50 MM M	40	R\$ 15,89	R\$ 635,60
04	TUBO DE CONCRETO 50CM	20	R\$ 67,70	R\$ 1.354,00
05	TAMPÃO (CAPE) PARA CANO PVC 100 MM M	20	R\$ 15,85	R\$ 317,00
06	LONA PLÁSTICA EXTRAFORTE M ²	80	R\$ 2,59	R\$ 207,20
07	CAL HIDRATADO 20 KG	20	R\$ 22,44	R\$ 448,80
08	RACHÃO DE PEDRA (BASALTO) M ³	40	R\$ 145,97	R\$ 5.838,80
09	PEDRISCO M ³	10	R\$ 147,90	R\$ 1.479,00
10	AREIA M ³	20	R\$ 141,87	R\$ 2.837,40
11	MÃO DE OBRA (INCLUINDO SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE, ESCAVAÇÃO, TRANSPORTE DE MATERIAIS E LIMPEZA NO LOCAL).	20	R\$ 2.014,50	R\$ 40.290,00
TOTAL				R\$ 56.998,80

Planilha em Blocos



PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DO OESTE

Estado do Paraná

Rua Tocantins, 600 - Fone/Fax: (45) 3257-1268 - CEP 85988-000 - Entre Rios do Oeste - PR

	Descrição	Unidade de medida	% do valor	Valor R\$
1	Insumos (Combustíveis, EPIs, Pedras, Cimento, Máquinas, Equipamentos, Uniformes, ...)	Serviço		
2	Serviços (Mão de Obra, encargos, provisões, ...)	Serviço		
3	Tributos	Serviço		
4	Taxa Administrativa / Lucro	Serviço		
		TOTAL	100%	R\$ 56.998,80

13.2 REFERÊNCIA PARA A COMPOSIÇÃO DE VALORES

Nota 1 – O item 1 refere-se a todos os Insumos, Uniformes, Materiais, Utensílios, Suprimentos, Máquinas, equipamentos, entre outros utilizados diretamente na execução do serviço.

Nota 2 – O item 2 refere-se todos aos custos com mão de obra, incluindo Salários, Encargos, Benefícios, Provisões, entre outras despesas relacionadas a prestação do serviço.

Nota 3 – O item 3 refere-se ao valor correspondente aos Impostos, taxas e contribuições pagos para que a empresa mantenha suas atividades, dentro da regularidade fiscal.

Nota 4 – O item 4 refere-se ao valor do lucro requerido pela empresa por hora além da taxa administrativa. A taxa administrativa corresponde ao rateio das despesas indiretas, como por exemplo, material de expediente, luz, água, aluguel etc.

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Órgão:	11- SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	01-GABINETE DO SECRETÁRIO
Ação/Funcional:	11.001.0020.0541.0034.2113 – INCENTIVO A RECUPERAÇÃO DE NASCENTES
Vínculo/Fonte de Recursos:	3.505-ROYALTIES TRATADO DE ITAIPU BINACIONAL 3.1072 – ITAIPU BINACIONAL – PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA
Modalidade de Aplicação:	3.33.90.39-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Entre Rios do Oeste, Paraná, no dia 08 de abril de 2024.

KERLLIN HOFFEL BETTINGER

Secretária de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

ARI ALOISIO MALDANER

Prefeito